

REVISTA FAROL

FACULDADE ROLIM DE MOURA

ISSN Eletrônico: **2525-5908**

www.revistafarol.com.br

ISSN Impresso: **1807-9660**

Vol. 13, Nº 13. 2021 - julho

Contato: revista@farol.edu.br

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO AVANÇO DA CONTABILIDADE

Raiane Gomes Moreira

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO AVANÇO DA CONTABILIDADE

Raiane Gomes Moreira¹

Resumo: Os sistemas de informação geraram para o setor contábil uma gama de evoluções que ampliaram suas tarefas dentro das empresas, facilitando de certa forma o controle e a veiculação de informações de maneira mais rápida e eficaz. Antigamente vinha de um processo quase que artesanal tanto para o arquivamento de informações, quanto para o processamento, no qual eram chamados de “guarda livros” e atualmente passa a operar ferramentas modernas desses arquivos e também de cálculos precisos ligados a tais impostos, taxas e outras necessidades que manualmente demorariam muito tempo para serem concluídos. Desta forma a tecnologia da informação chega para agregar benefícios para o setor, ampliando ainda mais suas funções que anteriormente nas empresas eram restritas e limitadas. Neste artigo está descrito um breve histórico sobre a evolução tecnológica da Contabilidade moderna, em seguida serão abordadas as novas ferramentas do segmento contábil e o funcionamento interno de operações mais utilizadas na atualidade e por último o cadastramento de informações frente à Receita Federal, incluindo SPED Fiscal, Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Contábil Digital e Escrituração Fiscal Digital.

Palavras-chave: Contabilidade. Sistema de Informação Contábil. Contabilidade Moderna.

INFORMATION TECHNOLOGY IN ADVANCING ACCOUNTING

Abstract: Information systems generated for the industry can contain a range of evolutions that expand their units within companies, making it easier to detect and control information and to transmit information more quickly and efficiently. In the past it was a manual process for both information archiving and processing, machines were not called "bookkeepers" and the current data stores were files and also precise calculations related to these taxes, fees and other timors would take a long time to be completuded. In this way, information technology to add benefits to the industry, further expanding their ability to see in companies were restricted and limited. In this article is a classic story about the technological evolution of the same, which will address the new tools of the accounting segment and the internal exercise of recent and current operations with the latest information from the Internal Revenue Service, including the Fiscal SPED, Nota Fiscal Electronics, Digital Bookkeeping and Digital Fiscal Bookkeeping.

Keywords: Accounting. Accounting Information System. Modern Accounting.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de contabilidade tem evoluído acompanhando as mudanças decorrentes do desenvolvimento dos negócios, das empresas e da globalização da economia. Estas mudanças e modernizações foram feitas para se adequar os sistemas contábeis ao desenvolvimento social e econômico da atualidade. Conforme Ramos (2012, p.5), “tais mudanças possibilitaram a modernização dos procedimentos realizados pelo governo em suas três

¹Pós-graduada em MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria Fiscal e Contábil. Graduada em Ciências Contábeis, pela Faculdade Interamericana de Porto Velho – UNIRON, endereço: Rua Tucumã, nº 3097. Nacional, CEP: 76.802-150 Porto Velho/Rondônia, e-mail: raiane.gm@hotmail.com.

esferas (Municipal, Estadual e Federal) para que as informações chegassem às mesmas de forma mais rápida e precisa”. Desta maneira, o avanço tecnológico auxilia no cruzamento de informações pelo fisco e no combate a prática da fraude. A contabilidade atua como controle interno das empresas, utilizando atualmente de tecnologias como aparatos técnicos dentro do setor, esses artifícios embasam um trabalho eficaz e muito mais rápido dentro das entidades, fazendo análise diferenciada para que uma boa administração possa tornar esses dados como base mais concreta e segura na empresa.

A modernização veio para reforçar, ampliar e tornar mais rápida e eficaz os sistemas comerciais e governamentais contra estas fraudes, ações que acompanham a história do Brasil desde que o país era ainda uma colônia. De acordo com Lycarião (2016, p.5), “a evolução da contabilidade como ciência nos últimos anos está sendo influenciada pelos avanços tecnológicos, pela prevalência da ética profissional e pela responsabilidade social”.

As últimas quatro décadas foram marcadas por significativas mudanças na legislação tributária brasileira e, por conseguinte, no exercício profissional da contabilidade. “Assim como nos demais segmentos da sociedade moderna, a maior parte dos procedimentos contábeis, até então artesanais, foi gradualmente sendo substituída por processos mecânicos e, logo em seguida, pelos automatizados”. (SEBOLD et al., 2012)

Conforme afirma Figueiredo (1995, p.1), “[...] um sistema de informação e mensuração de eventos que a tomada de decisão possibilita que, partindo do conhecimento de fatos passados, procedimentos futuros sejam delineados de forma que esta otimização seja, senão alcançada totalmente, buscada com maior segurança”. O fato é que a modernização aconteceu por de uma forma mais que necessária dentro da profissão, não somente por questões do profissional está conectado com as tendências mais principalmente pelas empresas se tornarem mais rápidas e seguras no controle e envio de informações.

Segundo Padovezze (2000), os reflexos do desenvolvimento tecnológico na Contabilidade, podem ser verificados no aumento do grau de automação. Diversas tarefas que anteriormente eram realizadas por processos manuais já são desenvolvidas dentro de softwares específicos, diminuindo o fluxo de papéis e documentos na empresa. Um fator que gerou grande contribuição para tanta evolução foi à internet.

A utilização explosiva da Internet (...) está modificando profundamente economias, mercados e estruturas setoriais; os produtos e serviços e seu fluxo; a segmentação, os valores e o comportamento dos consumidores; o mercado de trabalho. Neste contexto, a Internet, ao

transformar o conjunto das atividades humanas, não deixará de impactar profundamente a ciência e prática contábil. (DRUCKER, 2000, p.48).

O processo da harmonização contábil juntamente com a unificação econômica mundial, em conjunto com o desenvolvimento tecnológico e os critérios científicos, vem provocando transformações e ações no sentido de tratamento hábil das informações de modo a conhecer os fatos que se operam na riqueza patrimonial de forma eficaz sem que subjetivismos alterem o resultado da gestão (IUDICIBUS, 1999, p.39). Estas transformações corroboram para uma evolução no setor, ampliando as funções contábeis das mais diversas formas, seja no âmbito empresarial público ou privado. Desta forma será exposta neste artigo a evolução contábil desde seu período manual até a atualidade, apresentando sua modernização e as vantagens destas transformações para o setor.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Evolução do Setor Contábil

O século XIX trouxe juntamente com a Revolução industrial, uma série de inovações mercadológicas que se adaptassem ao crescimento empresarial da época, pois dentro das companhias foram cada vez mais necessárias técnicas de controle de custos e setores de desenvolvimento financeiro. Conforme o conceito de Vaz (2015, p.15) “a controladoria de gestão empresarial tem por finalidade gerar informações econômicas, financeiras e contábeis das rotinas operacionais passadas (contabilidade financeira), presente (mediante análises gerenciais) e futuras (planejamento econômico)”. Neste aspecto a contabilidade gerencial foi desenvolvida para melhorar a administração de empresas, inclusive no próprio setor.

A contabilidade passou por vários processos de evolução no decorrer histórico, é uma ciência antiga e segundo Lycarião (2012, p.5), “a evolução da contabilidade segue a evolução e o desenvolvimento das sociedades” se fazendo o contexto histórico necessário, ainda conforme o mesmo autor, “os fatores de enquadramento externo condicionam o ritmo das mudanças e dos processos que geram inovação ao nível social, econômico e cultural”. (LYCARIÃO, 2016, p.6). Diante deste ponto de vista, o processo evolutivo da gestão contábil só aumenta mais uma gama de funções, somadas aos reflexos mercadológicos, que são a base para determinar os rumos de uma empresa, sejam fatores comerciais, sociais e principalmente financeiros ampliem essas tendências.

Apesar de o Brasil ter demorado um pouco mais para se sistematizar isto em comparação a outros países, quando este processo ocorreu, ele se apresentou bastante rápido. Pois as primeiras mudanças no processo de escrituração contábil no Brasil surgiram nas entidades públicas, quando a Receita Federal desenvolveu um sistema para uniformizar as informações dos entes federativos. Em dezembro de 2003, o Governo Federal instituiu a Emenda Constitucional nº 42, que determina às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fazendo com que esses passem a atuar de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastro e informações fiscais. “as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.” (BRASIL, 2003, p.1).

Esta sistematização foi desenvolvida bem antes pelas empresas privadas, a modernização do setor tributário aconteceu devido a grande necessidade das empresas em gerar com mais rapidez e eficácia o cadastramento de informações.

2.2 A Sistematização Contábil

Necessariamente esta ciência teve que acompanhar as mudanças criando padrões. Desta forma, para que as empresas e os seus respectivos contadores possam cumprir com as exigências do órgão fiscal para ter integração de informações é necessário o uso de tecnologia da informação, vejamos:

Essa padronização se deve aos grandes avanços tecnológicos, principalmente no que diz respeito à tecnologia da informação (TI) que possibilita a integração de todas as informações geradas pelas organizações, permitindo que os contadores e empresários mantenham softwares adequados, capazes de suprir as exigências impostas pela legislação fiscal, e, conseqüentemente, tornarem estas informações úteis para a tomada de decisão. (RUSCHEL, FREZZA; e UTZIG, 2011, p.10).

Antes dessas modernizações além do período artesanal que a contabilidade também passou, assim como várias profissões, posteriormente a área contábil atravessou o período de mecanização, de acordo com Ramos (2012, p.9) “nesta fase o processo que antes era feito manualmente passa a necessitar de máquinas específicas para o trabalho”. A máquina de

datilografia ganhou um espaço cada vez maior nas empresas. “A escrituração passa, neste momento, a ser feita através de fichas datilografadas, acelerando o processamento dos dados”.

O processo de escrituração se iniciou com a escrituração manual utilizando-se registros feitos manualmente em livros, sendo um processo lento e passível de erros, em seguida com a chegada das máquinas de datilografia a escrituração passa a ser mecânica, sendo utilizadas para preenchimento de fichas referentes aos livros contábeis. E por volta de 1980 essas máquinas de datilografia começaram a ser substituídas pelos computadores implantando assim a escrituração eletrônica. (CORRÊA; e KRUGER, 2013 apud SANTOS; e COSTA, 2016).

2.3 Sistemas Tecnológicos

A partir da década de 80, houve um enorme crescimento no uso e disseminação dos micros, juntamente com os softwares ligados às áreas administrativa, comercial, contábil e financeira das empresas. Vivenciamos atualmente um novo momento, no qual a contabilidade é realizada através de processos informatizados. (SEBOLD et al., 2012)

A implantação tecnológica no mercado contábil trouxe incontáveis mudanças, conforme Bairro (2008) apud Ramos (2012, p.9) “os livros de registros foram passaram a ser processados eletronicamente, sendo substituídos por folhas soltas ou formulários contínuos e os fichários por pastas contínuas e mídias eletrônicas”.

Com o uso da tecnologia da informação, os lançamentos contábeis são feitos de forma automática, não sendo necessários os lançamentos a serem realizados pela contabilidade. Este novo ambiente, modificado pela tecnologia, tem gerado a necessidade de reformulação dos métodos de trabalho, como na formação dos profissionais que devem apresentar um perfil que venha a atender os atuais procedimentos para esta nova contabilidade. (CATELLI; SANTOS, 2011 apud LYCARIÃO, 2016, p.9).

Os sistemas de informação para contabilidade são muito importantes hoje para favorecer e embasar a tomada de decisões.

2.3.1 Sistemas de processamento de transações (SPT)

Sistemas transacionais são os sistemas que atendem o nível operacional, controla o de informações financeiras, como folha de pagamento, controle de estoque, contas a pagar e a

receber fluxo, faturamento entre outros. Além de fluxo de informações, disponibiliza também informações para a tomada de decisão, por exemplo: um sistema de controle de estoque para fornecer informação de como está o nível de um produto armazenado, caso seja comprovada sua falta pressupõe-se a tomada de decisão na aquisição de novos produtos.

2.3.2 Sistemas de informação gerencial (SIG)

Sistemas de informação Gerencial (SIG) integram com o sistema transacional, para fornecer informações mais resumidas para monitorar e controlar o desempenho geral da empresa sobre os objetivos operacionais de forma que possam organizar e planejar com mais efetividade e com maior eficiência, não só informação como também como uma resposta ao valor do processo organizacional. O SIG tem a função de planejar e controlar a produção, como a quantidade produtiva, desenvolver o faturamento da empresa, recebimentos e pagamentos de contas a pagar, o percentual do estoque desenvolvido no dia, folha de pagamento e a contabilidade fiscal como o cálculo de imposto a recolher por mês.

2.3.3 Sistemas de informação Executivos (SIE)

Sistemas de informação Executivos (SIE) integram os tipos de empresa que tenha acesso a informações que seja resultante para controlar os fatores da empresa, como fornecer dados detalhados em relação ao mercado para auxiliar o processo de planejamento. O SIE está projetado a dar suporte à tomada de decisão na escala mais elevado da empresa, oferece uma ferramenta de análise para permitir que seus usuários analisem os problemas. Este sistema auxilia os executivos de alto nível a realizarem análises, comparações, destacarem tendências importantes para que possam monitorar o desempenho da empresa.

2.3.4 Sistemas de apoio à decisão (SAD)

Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) integram a busca de informação na base de dados existente e retirar para o processo de tomada de decisão, ou seja, fornecer informações para apoio nas decisões, analisar, propor soluções, pesquisar e principalmente nas etapas de desenvolvimento a comparação e classificação de risco. O SI propõe atender todas as necessidades da empresa, pois a empresa está cada vez mais dependente da tecnologia da

informação e comunicação para que possam utilizar ao máximo de informação e disponibilidade de tecnologia.

Atualmente a Contabilidade conta com a modernização desses sistemas interligados com meios governamentais, o que antes ficava difícil à comunicação para prestação de contas e veiculação de informações cadastrais das empresas, hoje estes parâmetros estão interligados, aproveitando ao máximo a velocidade da tecnologia para estas tarefas que antigamente geravam tantos custos para as empresas contábeis.

Para Sebold et al., (2012), o uso dessas novas ferramentas no âmbito das administrações públicas, com intuito de melhorar a prestação de serviços para a sociedade, constitui o que se convencionou chamar de governo eletrônico (ou e-governo). Embora esse termo propicie uma associação mais estreita com a Internet, o seu conceito, num sentido mais amplo, compreende uma série de atividades que vão além da simples presença de unidades governamentais na grande rede.

O valor da administração da informação e o valor da mudança no comportamento decisório causado por essa informação menos o custo de tomar essa informação Disponível em: Para valorizar a administração da informação, os critérios importantes são se a informação é relevante, oportuna, objetiva e precisa. (MEIRELLES, 1994, p. 400).

Essas medidas tornam acessíveis para que os sistemas de controle interno possam gerar mais eficiência nas novas tecnologias aplicadas às esferas governamentais. Hoje o cruzamento de informações via internet é considerado um grande passo para a rapidez nas transações feitas pelas empresas e pelo governo.

2.4 Modernização na Escrituração Contábil

Os processos de modernização nos sistemas governamentais ampliaram todos os níveis administrativos, no setor contábil não foi diferente, segundo Lycarião (2016, p.9), “as modificações resultantes dos avanços tecnológicos devem provocar uma verdadeira revolução na gestão empresarial no Brasil, acrescentando vantagens para as empresas sérias que são prejudicadas com a concorrência injusta, pirataria, contrabando e organizações predadoras que se acham acima da lei”. Mas, para se adequarem, as empresas carecem de planejamento tributário, auditoria e contabilidade gerencial, medidas imprescindíveis para assegurar a precisão nas informações contábeis da empresa.

Com a implantação da escrituração eletrônica ampliam-se a necessidade de sistemas que potencializem a tecnologia da informação, fazendo-se interagir com todas as áreas dentro de uma entidade seja ela financeira ou não, facilitando assim o controle de informações.

Além de contribuir com algumas sugestões técnicas, especificamente quanto ao módulo de Escrituração Contábil Digital, o CFC editou a Resolução CFC nº 1.020/05, que aprovou a NBCT 2.8 – Das formalidades de Escrituração Contábil em forma Eletrônica, objetivando orientar os contabilistas. Esta norma estabelece critérios e procedimentos para a escrituração contábil em forma eletrônica e a sua certificação digital, sua validação perante terceiros, manutenção dos arquivos e responsabilidade de contabilista. (LYCARIÃO, 2016, p.6).

Aproveitando os avanços tecnológicos e em busca de melhorias e garantias que pudessem inibir ou exterminar com fraudes no sistema financeiro do Brasil, foi aprovada em 19 de dezembro de 2003 a Emenda Constitucional nº 42 que introduziu o inciso XXII ao art.37 da Constituição Federal, que determina às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuarem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais. (RAMOS, 2012).

As informações fiscais geradas de forma mais rápida, ampliaram a segurança sistemática dos processos feitos na Receita Federal e outras esferas governamentais.

2.4.1 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

De acordo com a Emenda Constitucional nº 42, as três esferas do Governo (Municipal, Estadual e União), deveriam atuar de forma conjunta, de modo que houvesse maior padronização e clareza nas informações. Posteriormente, foram aprovados dois protocolos em que objetivava a construção de um cadastro sincronizado e possibilitava o desenvolvimento de métodos que atendessem aos interesses dos Entes Públicos. (BRASIL, 2017 apud FERREIRA, 2017).

A modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações tributárias acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo, assim, a validade jurídica na forma digital. (BRITTO, 2008, p.5).

O SPED foi instituído por forma de Decreto nº6.022 em 22 de janeiro de 2007, e obriga o fisco a uniformização de informações. De acordo com Ruschel, Frezza e Utzig (2011, p.12), “nessa situação, o contribuinte terá uma simplificação de suas obrigações

acessórias facilitando e racionalizando suas informações. Não exige, porém, os contribuintes das informações acessórias, mas, reduz o número de declarações entregues, sendo que estas conterão as mesmas ou mais informações que hoje são obrigatórias”.

O SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), foi implementado em 2007, com o objetivo de promover a fiscalização mais efetiva das operações, no que diz respeito ao cruzamento de dados, integração dos fiscos e uniformizar obrigações acessórias para os contribuintes com o estabelecimento de transmissão única (Receita Federal, 2017, p.1).

O Sistema Público de Escrituração Digital trata-se de uma tecnologia que irá, além de outros, também colaborar para reduzir os custos com o acúmulo de documentos e com a redução de encargos com o cumprimento das obrigações acessórias, além de proporcionar uma maior segurança. (LYCARIÃO, 2016, p.5).

De acordo com Ramos (2012, p.12), “o SPED consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos”. Garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital. São: Escrituração Contábil Digital (ECD); Escrituração Fiscal Digital (EFD); Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); Livro de Apuração do Lucro Real (e-Lalur); Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e); Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e); Central de Balanços; Escrituração Fiscal da Folha de Pagamento e das Obrigações; Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (EFD-Social).

O Certificado Digital é um arquivo eletrônico que serve como identificação do seu titular, que pode ser uma Pessoa Física ou uma Pessoa Jurídica. Vem a ser uma forma segura de identificação entre as partes envolvidas em transações via internet, sendo um documento eletrônico de identidade com validade jurídica no âmbito do ICP Brasil.

Conforme Santos e Andrade (2013, p.12) “o SPED possui três subprojetos que são: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e Nota Fiscal Eletrônica. A Escrituração Contábil Digital (ECD) foi regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, que aprova a obrigatoriedade deste subprojeto”. Ela visa à substituição dos livros de escrituração mercantil pelos livros equivalentes, porém no processo digital.

O SPED divide-se em quatro grandes módulos, cada um trabalhando isoladamente, mas com o intuito de ligar todas as informações a um gerenciador de informações de dados. O

mesmo fará o cruzamento e a conciliação das informações. Esses módulos, dentro do SPED, são: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Escrituração Contábil Digital (ECD) e Escrituração Fiscal Digital (EFD).

2.4.2 Nota Fiscal Eletrônica NF-e

A NF-e surgiu com o intuito de unificar os modelos de notas fiscais emitidas no ambiente nacional, a que foi possível, uma vez que os Estados entraram em acordo para elaborar esses projetos a partir da organização das Secretarias de Fazenda dos Estados e Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovando o Protocolo ENAT 03/2005, que procedeu ao direito, mas também à obrigação de coordenar o desenvolvimento e a implantação do projeto. (RUSCHEL, FREZZA; e UTZIG, 2011).

Conforme Filho (2010) a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

A NF-e transita passando pelas seguintes etapas:

O vendedor envia a NF-e para Secretaria da Fazenda (Sefaz) para que seja validada. A Sefaz procederá à validação da NF-e recebida avaliando a Assinatura Digital, Esquema XML, Numeração e Emitente Autorizado. Se a análise for positiva a Sefaz autorizará o uso da NF-e devolvendo a autorização ao vendedor. O vendedor retransmitirá a NF-e para a Sefaz de destino e para Receita Federal. Nesse momento gera-se um DANF-E – Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica – que servirá para acompanhar o trânsito da mercadoria até o comprador. (RAMOS, 2012).

A NF-e, é um documento exclusivamente digital, ou eletrônico, que dispensa toda papelada e arquivos que ocupam espaço e perda de tempo para serem emitidos, e, ainda uma de suas maiores funções é a declaração de informações em tempo real.

2.4.3 Escrituração Contábil Digital - ECD

É simplesmente o sistema atual em utilização pela Contabilidade das empresas sem a necessidade de emissão dos livros legais, sendo estes substituídos por arquivos digitais. Assim, ao final do período, em vez de a empresa emitir um livro diário e um livro razão, estes

ficam restritos a CDs ou *pendrives*. Em função disso, a rotina é alterada, sendo que, no lugar de apresentar os livros para registros na Junta Comercial, eles serão validados por registro eletrônico. (FILHO, 2010)

Para Ruschel, Frezza e Utzig (2011, p.14) “de modo simplificado, pode-se definir o SPED Contábil como a substituição dos livros de escrituração mercantil pelos seus equivalentes digitais”. Além de tudo, segundo Santos e Andrade (2013), “a Escrituração Contábil Digital (ECD) foi regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, que aprova a obrigatoriedade deste subprojeto. Ela visa à substituição dos livros de escrituração mercantil pelos livros equivalentes, porém no processo digital”.

A Escrituração Contábil Digital - ECD, intitulada SPED CONTÁBIL para fins fiscais e previdenciários, tem como objeto a substituição dos livros contábeis: I. Diário; II. Diário com escrituração resumida; III. Razão; IV. Balancetes e lançamentos transcritos por documentos de versão digital.

Regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, para efeitos na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, pela Instrução Normativa nº 787/07 e pelas Portarias n.º 11.281/07 e 11.283/07, da Receita Federal do Brasil, presta-se à fiscalização do Imposto de Renda - IR e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSSL. As informações contábeis serão transmitidas ao SPED, com validade jurídica, não fugindo o contribuinte da fiscalização. (BRITTO, 2008).

Assim como afirma Filho (2010, p.36) ao receber a ECD, o SPED extrai um resumo (requerimento, Termo de Abertura e Termo de Encerramento) e o disponibiliza para a Junta Comercial competente. Na atual estrutura, cabe à Junta Comercial buscar o resumo no ambiente SPED. Enquanto ela não adota tal providência, ao consultar a situação, a resposta obtida será “o livro digital foi recebido pelo SPED Contábil, porém ainda não foi encaminhado para a Junta Comercial”.

Atualmente lidamos com novas atualizações do SPED contábil, de acordo com Santos e Costa (2016, p.36), em 2016 foram aplicadas novas regras conforme alteração na Instrução Normativa RFB nº 1.594/2015, incluindo-se na obrigatoriedade em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de Janeiro de 2016.

Pessoas jurídicas que são isentas de emitir:

- a) Apurarem contribuição para o PIS/PASEP, COFINS, contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita de que tratam os artigos 7º a 9º da Lei nº 12.546/2011, e contribuição incidente sobre a folha de salários, cuja soma seja superior a R\$: 10mil em qualquer mês do ano-calendário a que se refere à escrituração contábil; ou.

b) Auferirem receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados, cuja soma seja superior a R\$: 1,2 milhão de reais no ano-calendário a que se refere à escrituração contábil, ou proporcional ao período.

E ainda conforme Santos e Costa (2016, p.37), pessoas Jurídicas tributadas com base no lucro presumido que se enquadrarem nas seguintes situações:

- a) Que distribuïrem, a título de lucros, sem incidência do imposto sobre a Renda Retido na fonte (IRRF), parcela dos lucros ou dividendos superiores ao valor da base de cálculo de imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita; ou.
- b) Que não se utilizem da prerrogativa do Livro Caixa previsto no parágrafo único do artigo 45 da lei nº 8.981 1985.

A partir do sistema contábil em uso na empresa, esta gera um arquivo digital conforme o especificado pela legislação. Em função das particularidades de cada empresa, esse arquivo pode ser tratado por vários nomes, sendo todos sinônimos.

A ECD é uma forma bastante fácil de enviar lançamentos contábeis, além de várias outras ferramentas que RFB oferece para os profissionais de contabilidade, até importação de arquivos e outras ferramentas digitais.

2.4.4 Escrituração Fiscal Digital – EFD

Segundo Santos e Andrade (2013, p.6) a Escrituração Fiscal Digital (EFD) foi instituída pelo Convênio ICMS 143 de 15 de dezembro de 2006, que determina a obrigatoriedade de implantação nas empresas. E ainda, conforme Cleto (2008), os registros serão realizados e validados por meio digital: os arquivos serão os relacionados aos livros fiscais de entrada, saída, apuração do ICMS, IPI e Inventário, que obedecerão a um leiaute unificado, em que os importará e validará através do aplicativo multiplataforma PVA-EFD – Programa Validador e Assinador da Escrituração Fiscal Digital. (SANTOS e ANDRADE, 2013).

A EFD é um arquivo digital que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades Federadas e da Receita Federal do Brasil, bem como de registros e operações de impostos praticadas pelo contribuinte. Esse arquivo deverá ser assinado digitalmente e enviado via internet ao ambiente SPED.

A Escrituração Fiscal Digital – EFD é parte integrante do projeto SPED a que se refere o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que busca promover a integração dos fiscos federal, estaduais, Distrito Federal e, futuramente, municipais, e dos Órgãos de Controle mediante a padronização, racionalização e compartilhamento das informações fiscais digitais, bem como integrar todo o processo relativo à escrituração fiscal, com a substituição do atual documentário em meio físico (papel) por documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins. (SECRETARIA DA FAZENDA, 2012, p.1).

De acordo com Santos e Costa (2016, p.26), hoje as empresas entregam duas Escriturações Fiscais Digitais, EFD – ICMS e IPI, mais conhecida como SPED Fiscal e EFD – Contribuições conhecida também como SPED PIS /COFINS.

Para os fatos geradores a partir de 01 de novembro de 2017, a informação dos campos referentes às contas contábeis passa a ser obrigatória, nos correspondentes campos dos registros de receitas e/ou de créditos.

Recentemente uma nova resolução da RFB, dispõe de novos procedimentos a serem adotados para a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), sujeitas ao cronograma de obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital EFD, e outras providências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização do setor contábil se tornou nos últimos anos não só uma tendência, mas uma necessidade mais que necessária para a melhoria da profissão e da gestão das empresas, principalmente no que se refere à prestação de contas tanto para o cliente como para a interligação dos mesmos com as esferas governamentais.

Desta forma auxilia de várias maneiras, reduzindo custos e mão de obra para muitas empresas. Diante desta realidade em que tempo vale efetivamente muito capital.

Essa evolução sistemática veio a melhorar ainda quando os setores estatais do governo passaram a operar através da Rede Mundial de Computadores, a internet. Esta sim atualmente é a ferramenta fundamental para qualquer empresa na atualidade, seja ela contábil, ou não. Pois a velocidade de informações que a internet possui é muito maior que toda logística investida em transporte que se possa imaginar.

Hoje, abrir uma empresa administrá-la, pagar funcionários, contas, fazer balanço financeiro e muitas outras funções contábeis, podem estar facilmente em funcionamento através de um software ou até mesmo pelo cadastramento da mesma no SIMPLES da Receita Federal do Brasil. Coisas que facilitaram muito a vida de todos os profissionais do setor contábil a partir da década passada.

Pode se dizer que, em dez anos o Brasil evoluiu tecnologicamente mais que em 30 ou 40 anos do século passado, quando estes sistemas ainda eram manuais. Visto que, essa análise aponta para um balanço muito positivo para o campo contábil, pois a logística que empenhava antigamente entre comunicação e transporte era muito maior e mais cara do que nos dias de hoje.

Portanto, concluo que a evolução Contábil vinculada aos sistemas de informação, sendo empresa pública ou privada, contribuíram para um novo patamar na profissão e na qualificação dos serviços prestados, englobando maior controle e eficiência.

REFERÊNCIAS

BAIRRO, Darliene Rodrigues. **Sistema de informações contábil como ferramenta para tomada de decisões**. Pato Branco – Paraná, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 42. 19 de Dezembro de 2003**. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Brasília, DF, Brasil, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRITTO, Demes. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. Migalhas, 2018. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI68574,71043SPED+Sistema+Publico+de+Escrituracao+Digital>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CATELLI, Armando; SANTOS, Edilene Santana. **Internet: Desafio para uma contabilidade Interativa**. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA – USP, São Paulo, v. 14, n.25, p. 24-41, janeiro/abril 2001.

CORRÊA da Silva; KRÜGER P. y, C.: **O papel do contador frente às novas tecnologias da escrituração contábil com as empresas**. Em *Observatorio de laEconomíaLatinoamericana*, Número 187, 2013.

DRUCKER, Peter. **O futuro já chegou**. Exame. Ano 34 nº 6, 22/03/2000, p. 112-. 126. Edição nº9 -2017. Disponível em: http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2017/008_alinhamento_quadros_otn.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

FERREIRA. Lígia Maria Gerônimo. **Atuação do profissional da contabilidade frente aos desafios da era digital: um enfoque no sistema público de escrituração fiscal digital (SPED)**. UFPB. João Pessoa, PB, 2017. Disponível em: <http://rei2.biblioteca.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2013/1/LMGF08092017.pdf> Acesso em: 11 abr. 2021.

FIGUEIREDO, Sandra. **Contabilidade e a gestão empresarial – A controladoria.** Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXIV – N° 93 – Maio/Junho de 1995, Fortaleza – CE.

FILHO, Arthur Nardon. **Da escrituração manual ao SPED.** A relação do fisco com as empresas. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2010.

LYCARIÃO, Julio César Faustino. **A percepção dos contabilistas diante dos avanços tecnológicos na era SPED: Um estudo de caso na cidade de Campina Grande – PB.** UEPB. Campina Grande, PB, 2016. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/12500/1/PDF%20-%20J%C3%BAlio%20C%C3%A9sar%20Faustino%20Lycari%C3%A3o.pdf> Acesso em: 19 abr. 2021.

MEIRELLES, Fernando de Souza. **Informática novas aplicações com microcomputadores.** 2. Ed. São Paulo: Pearson, 1994.

PADOVEZE, Cláudio Luís. **Sistemas de informações contábeis.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____; in: BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras.** 2. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Thomson, 2007.

RAMOS, Renata Queiroz. **OSPED como ferramenta contra fraudes: perspectiva dos profissionais de contabilidade em Campina Grande/PB.** UEPB. João Pessoa, PB, 2012. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cach e:UgGMg6 JGYIM J:dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/17/browse%3Ftype%3Dtitle%26sort_by%3D1%26order%3DASC%26rpp%3D60%26etal%3D10%26null%3D%26offset%3D2100+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 19 mar. 2021.

RUSCHEL, Erna; FREZZA, Marcia; SANTORE, Ricardo; UTZIG, Maria Jaqueline. **O impacto do SPED na Contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil.** Revista Catarinense da Ciência Contábil, vol. 10, núm. 29, abril-julho, 2011, pp. 9-26 Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina Florianópolis, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4775/477548338002.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SANTOS, Geovane Camilo dos; ANDRADE, Sandro Ângelo de. **Nota fiscal eletrônica: percepção sob a ótica dos profissionais da contabilidade.** UNIPAM. Patos de Minas, MG, 2013.

_____, Lilian Ferreira dos; COSTA, Valéria Ferreira da Silva. **A utilização da nota fiscal eletrônica e sistema público de escrituração digital – SPED.** Faculdade FIBRA. Anápolis, GO, 2016. Disponível em: <http://fibra.edu.br/wp-content/uploads/2016/11/TCC-Cont%C3%A1beis-Lilian-dos-Santos-e-Val%C3%A9ria-Costa.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2021

SEBOLD, Marcia; SCHAPPO, Cássio; PIONER, Lucas Mello; PIONER, João José. **Evolução da contabilidade brasileira: do governo eletrônico ao sistema público de escrituração digital – SPED.** Enfoque: Reflexão Contábil, 2012, 31 (MAIO-Agosto). Disponível em: <http://www.redalyc.org/comocitar.ou?id=307124727003>. Acesso em: 11 mar. 2021.

VAZ, Paulo Henrique. **Contabilidade Gerencial**. IOB FOLHAMATIC ebsage. Ano 2015. São Paulo – SP.

Recebido para publicação em janeiro de 2021.
Aprovado para publicação em maio de 2021.
